

100 anos depois... A fase superior do capitalismo neoliberal

Célia M. Motta*

Resumo:

Cem anos após a Revolução Russa, os processos históricos de revolução, contrarrevolução e imperialismo reafirmam o parasitismo financeiro como a principal característica da fase superior de exploração do capitalismo monopolista neoliberal, atualmente fortalecido pelas práticas imperialistas que definem as conjunturas políticas mundiais.

Palavras-chave: revolução; contrarrevolução; imperialismo.

100 Years Later...The Superior Phase of Neoliberal Capitalism

Abstract:

One hundred years after the Russian Revolution the historical processes of revolution, counterrevolution and imperialism reaffirm financial parasitism as the principle characteristic of the superior phase of exploitation of neoliberal monopolist capitalism, currently strengthened by the imperialist practices that define the global political conjunctures.

Keywords: revolution; counterrevolution; imperialism.

Os 100 Anos da Revolução Russa reapresentam a necessidade de examinar os processos históricos de revolução, contrarrevolução e imperialismo, que determinaram a configuração da realidade contemporânea. No século XX, esses processos caracterizaram-se por uma ininterrupta correlação de forças políticas travada entre os movimentos revolucionários e as forças reacionárias defensoras da centralização do capital, resultando nos inovados planos de fortalecimento das práticas imperialistas atuais.

As definições dos conceitos “revolução, contrarrevolução e imperialismo” encontram-se em um extenso campo de discussão teórica, mas esta breve análise

* Doutora em Ciência Política pela PUC-SP. Professora da Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, Brasil. Coordenadora, na mesma instituição, do Grupo de Estudos de Políticas Econômicas e Sociais (GEPES). End. eletrônico:ce.motta@uol.com.br

considerará seus elementos fundamentais, definidos no interior das conjunturas políticas mundiais que se sucederam ao longo desse processo histórico de 100 anos da Revolução Russa.

Os 100 anos da Revolução Russa (1917-2017): conjunturas políticas mundiais revolucionárias

Em outubro de 1917, a Revolução Russa materializou a teoria revolucionária do “Manifesto Comunista” de Karl Marx e Friedrich Engels (2000). Sob liderança de Vladimir Lenin, a revolução bolchevique alterou as estruturas produtivas de propriedade, de trabalho e de formação social, com as medidas de nacionalização de bancos, reforma agrária e controle do Estado pelo Partido Comunista Russo. Em 1922, formava-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com a unidade de 15 repúblicas, firmando uma inevitável conjuntura política de bipolarização mundial.

Em 1917, a Rússia em revolução saía da 1ª Guerra (1914-18), desencadeada pela contraditória crise do liberalismo econômico entre países capitalistas que disputavam o mercado mundial, principalmente com a entrada da Itália e da Alemanha no processo da “livre concorrência”. No mesmo ano, os Estados Unidos entraram no conflito, assegurando a vitória dos Aliados (Inglaterra, França). A não superação da crise do liberalismo concorrencial, aprofundada pela recessão econômica de 1929 nos Estados Unidos e a consolidação da URSS, apresentou uma real ameaça ao sistema capitalista. Na 2ª Guerra Mundial (1939-45) confrontaram-se países capitalistas liberais, com a extrema ascensão da direita fascista e uma União Soviética socialista. A entrada dos Estados Unidos, em 1941, novamente decisiva para a vitória dos “Aliados”, não encerrou o confronto político. De um lado, serviu como oportunidade para a exportação de capitais dos EUA, via Plano Marshall (1947-51) reativando o sistema capitalista enquanto, do outro lado, presenciava-se a formação do chamado Leste Europeu (1945-89) sob o regime socialista.

Da Europa para a Ásia, ocorreram a revolução chinesa (1949) e a guerra de independência da Indochina (1946-54) contra a França, que se desdobrou nas revoluções socialistas dos três países indochineses Vietnã, Camboja e Laos, também chamada de “Guerra de resistência contra a América”, de 1955 a 1975.

Na América Latina, entre 1919 a 1923, ondas de greves e agitações camponesas promoveram a criação de partidos comunistas, como no México (1919), Argentina (1920), Chile (1921) e Brasil (1922) e em quase todos os países latino-americanos. Os conflitos sociais e econômicos foram comparados a lavas vulcânicas, por Andrade (2000), que as vê borbulhando violentamente, mas *em silêncio nas profundezas da Terra*. Em 1945, ocorreu a primeira revolução operária

na Bolívia, assim definida por Libório Justo (1967: 223).

De 9 a 11 de abril, a cidade de La Paz viveu suas sessenta horas vermelhas. A luta que começou de bairro em bairro definiu-se de casa em casa. Em Oruro, os mineiros desarticulam as forças do regimento que se dispunha a levar seus efetivos para La Paz. Sobre a borda de El Alto os operários de Millumi jogam cargas de dinamite sobre a cidade como mensagens de alento. Tomada a retaguarda das tropas pelos mineiros, os revolucionários de La Paz reiniciaram a ofensiva. Em poucas horas, resolve-se a sorte da luta a favor da revolução. Sete regimentos perfeitamente equipados foram vencidos.

Era a mesma velha toupeira revolucionária (Marx, 2000) que nas revoluções de 1848, “barulhenta e confusamente”, proclamava a emancipação do proletariado europeu. Com a Revolução Cubana (1959), os levantes estenderam-se para a América Latina, com o crescimento das semi-insurreições operárias na Argentina, a greve geral no Uruguai e o governo de Salvador Allende no Chile, no processo do maio de 1968. Na América Central, Guatemala, Honduras e El Salvador protagonizam revoluções socialistas, no início da década de 1960, com grandes enfrentamentos de forças contrarrevolucionárias, apoiadas pelos EUA.

Um claro exemplo do apoio dos EUA aos opositores ao governo socialista da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN-1979) ficou conhecido como o “Escândalo dos Contra” quando se revelou que, mesmo após o Congresso dos EUA ter proibido o financiamento dos “contras” (1984), o governo de Ronald Reagan (1981-89) continuou a fornecer recursos, obtidos pela venda de armas ao Irã, o que também rendeu o conhecido escândalo Irã-contras (BBC *News-Américas*).

No Haiti, país de históricas revoltas populares, a intervenção militar não foi menor. Ligado à Teologia da Libertação (de orientação socialista), o presidente Jean-Bertrand Aristide foi presidente em três períodos: em 1991 sendo deposto por golpe militar, de 1994 a 1996, e entre 2001 a 2004, quando foi novamente deposto e retirado do país por militares norte-americanos, com apoio de militares brasileiros, integrantes da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah)¹. De acordo com publicação da *WIKILEAKS* (2007), “Estratégia

¹ De acordo com o Itamaraty: A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio. O Brasil comanda as forças de paz no Haiti, que tem a participação de tropas de outros 15 países, mantendo na ilha um efetivo que varia entre dois mil e quatro capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>

brasileira para o Haiti passava por manter Aristide fora do país”.

São inúmeras as situações de intervenção americana nos países latino-americanos, assim como no continente africano que, desde 1970, aliou suas guerras de independência aos movimentos de libertação nacional, democráticas e socializantes, denotando o apoio da URSS aos movimentos revolucionários e dos EUA às forças militarizadas contrarrevolucionárias, no âmbito da conjuntura mundial bipolarizada pela chamada “Guerra Fria”.

Conjuntura política mundial contrarrevolucionária, no século XX

Para expandir o capitalismo e deter o crescente avanço da “ameaça comunista”, após a 2ª Guerra, a Doutrina Truman definiu três frentes de ataque: econômico, com o Plano Marshall; militar, com as alianças (OTAN); e ideológico, sustentado pelo macartismo.

Em 1944, os EUA já consolidavam sua supremacia financeira com a definição do ouro como “ativo de reserva” e a adoção do dólar como moeda de circulação internacional, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods (New Hampshire, EUA)². Nesse momento, também foram fundados o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), “como organizações financeiras internacionais, sediadas em Washington e sob a liderança do governo dos EUA – financiador e regulador do capitalismo mundial” (Motta, 2006: 18).

O Plano Marshall (Programa de Recuperação Europeia) aprofundava a Doutrina Truman. Para a “integração dos países europeus”, a Conferência de Paris estabeleceu a criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE-1948). Os países da OECE perderam o controle de suas políticas monetária e fiscal para os EUA, ao receberem os benefícios de US\$ 11,5 bilhões em empréstimos, equipamentos e abastecimento. O Plano Marshall utilizou US\$ 53 bilhões em seus programas de “reconstrução”, sendo 16 bilhões de dólares para garantir o restabelecimento da economia capitalista no Japão.

Além de inaugurar a penetração do capital norte-americano na Europa, o Plano Marshall atuou como estratégia ideológica e militar de rearmamento da Europa Ocidental, no auge da “Guerra Fria”. Inaugurada pelo presidente dos EUA, Harry Truman (1945-1953) a Doutrina Truman (12 de março de 1947)

² Como representante da Inglaterra, Keynes apresentou a proposta (recusada) de abandono do padrão ouro. Em 1946, tornou-se diretor do FMI.

determinava a bipolarização oficial do mundo, utilizando a divisão da “grandeza econômica” da Teoria dos Mundos (de 1945), para definir os países capitalistas desenvolvidos como do “primeiro mundo” ou “mundo livre”, e os socialistas como do “segundo mundo”³ subjugado pelo socialismo soviético.

Definida como doutrina de Segurança Nacional contra a “ameaça vermelha”, a Doutrina Truman reunia argumentos ideológicos nacionalistas, princípios morais conservadores e grande aliança militar, como a OTAN, criada na Organização do Tratado do Atlântico Norte, também chamada Aliança Atlântica. Trata-se de forte aliança militar intergovernamental, firmada em 4 de abril de 1949 para estranhamente fazer frente ao Pacto de Varsóvia, firmado pelos países socialistas do Leste Europeu e a URSS apenas em 14 de maio de 1955, ou seja, seis anos depois da criação da OTAN.

Outros tratados militares foram articulados, como o SEATO (The Southeast Asia Treaty Organization) ou Organização do Tratado do Sudeste Asiático, firmado e assinado no Pacto de Manila (1954), visando a bloquear possíveis avanços comunistas no sudeste da Ásia. Formada pela Austrália, Nova Zelândia e EUA, a ANZUS é uma aliança tripartite, também participante do esforço coletivo contra a “ameaça comunista”. A ofensiva mais claramente ideológica contra o socialismo e as teorias libertárias em geral expressou-se na formação da patrulha anticomunista do senador Joseph McCarthy, assentada em uma campanha de medo, acusações e prisões arbitrárias, igualmente em nome da segurança nacional.

O mapa geográfico mundial passou a ser representado pelo critério de divisão do mundo, de acordo com as alianças militares e regimes políticos, a partir da Doutrina Truman. Nesse contexto de disputas políticas, econômicas e militares, a hegemonia dos EUA já suplantava o poder imperial britânico e se estendia mundialmente, configurando o imperialismo dos EUA após a segunda metade do século XX. Assim, processos de revolução, contrarrevolução e imperialismo articulam-se intrinsecamente, definindo as relações de poder político, econômico, militar e ideológico da realidade contemporânea.

Imperialismo: fase superior do capitalismo

Lenin (1979: 87) definiu a teoria clássica do imperialismo, como a fase monopolista ou superior do capitalismo:

³ O economista e sociólogo francês, Alfred Sauvy (L'Observateur, 1952), apresentou a ideia de um “Terceiro Mundo” (lembrando o 3º Estado da Revolução Francesa), sugerindo que os países pobres deveriam se reunir de forma revolucionária.

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese (...). O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.

Se “o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência”, apresenta-se uma contradição intrínseca do sistema. Porém, “ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos”. Portanto, “se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”. Para definir o imperialismo em seu completo desenvolvimento, seria necessário considerar seus traços fundamentais: 1. o elevado desenvolvimento da produção e da concentração do capital criam os monopólios, decisivos para toda a vida econômica; 2. a criação da oligarquia financeira pela fusão do capital bancário e o capital industrial (capital financeiro); 3. diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais torna-se particularmente importante; 4. o mundo é partilhado pelas associações de capitalistas monopolistas internacionais; 5. a partilha do mundo pelas potências capitalistas mais fortes. Por isso, pode-se concluir que o “imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro” (Lenin, 1979: 87-88). Trata-se do parasitismo capitalista, característico do imperialismo.

Para a definição dos traços fundamentais do imperialismo, Lenin considerou os princípios gerais do conceito de “Capital Financeiro” de Hilferding (1985), como a interpenetração do capital bancário e do capital industrial. Mas, acrescenta que essa definição é incompleta, por ignorar que o capital financeiro é gerado pela tendência ao monopólio, ou seja, a concentração da produção e do capital já teria dado origem ao monopólio. A concentração do capital financeiro obtém “enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas”. Assim, essas oligarquias financeiras evidenciam todo o monopólio, que envolve “numa apertada rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa dos nossos dias” (Lenin, 1985: 52; 123).

Para evitar uma definição “puramente econômica” do imperialismo, Lenin propôs a apresentação de outras opiniões, inclusive de “economistas burgueses”,

que reconheceram a maneira controversa do desenvolvimento da economia capitalista⁴.

Kautsky⁵, por exemplo, não concordou com a definição do imperialismo de Lenin, negando-o como uma “fase” da economia capitalista, mas como uma política “preferida” pelo capital financeiro. Com isto, Kautsky não identificava o imperialismo com o capitalismo contemporâneo, mas com “todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo (cartéis, protecionismo, dominação financeira, política colonial)”, o que configuraria, para Lenin, apenas uma “tautologia mais trivial”, já que “naturalmente, o imperialismo é uma necessidade vital para o imperialismo”. Lenin apresenta também definição literal de Kautsky: “O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões *agrárias* (o sublinhado é de Kautsky), quaisquer que sejam as nações que as povoam” (Lenin, 1979: 89-90).

Para Lenin, a insuficiência da definição de Kautsky estaria em sua unilateralidade, localizada no problema nacional, relacionado apenas com o capital industrial das nações que anexam territórios agrários. Politicamente, portanto, o imperialismo de Kautsky estaria reduzido a uma “tendência para anexações”, ainda que integrando as políticas imperialistas. Também sobre o aspecto econômico, a limitação ao capital industrial, por Kautsky, seria insuficiente para definir o imperialismo, que é determinantemente sustentado pelo “capital financeiro”.

Para Lenin, Kautsky remetia-se apenas ao significado político da palavra “imperialismo”, formulada pelos ingleses, como Hobson, no livro “O Imperialismo”, publicado em 1902. Lenin (1979: 91) apresenta a definição de Hobson:

O novo imperialismo distingue-se do velho, primeiro porque, em vez da aspiração de um só império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, predominam sobre os interesses comerciais.

⁴ Lenin referia-se ao próprio Hilferding (antigo marxista), que se tornou companheiro de Kautsky (ex-marxista), representante da política burguesa reformista e anti-revolucionária do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha. Referia-se também ao economista inglês J. A. Hobson (pacifista e reformista declarado) e a Cunow (apologista alemão do imperialismo). A cisão do movimento operário ocorreu na II e III Internacionais. Kautsky escreveu críticas ao bolchevismo, como *Marxismo e o Bolchevismo: Democracia e Ditadura*, afirmando que a ditadura do proletariado apenas substituiu a antiga ditadura czarista. Lenin escreveu “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”, publicado em 1918 (<http://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/t28t044.pdf>).

⁵ Para Lenin, Kautsky fora “o principal teórico marxista da época da II^a Internacional” (organizada por Engels, com partidos socialistas e operários, 1889-1916, para o Congresso Internacional de Paris), mas que se tornou um exemplo “da mais completa e vergonhosa bancarrota”, devido aos sofismas da abjuração do marxismo pelo “renegado Kautsky”.

Ao observar a ligação entre a definição de imperialismo de Kautsky com o *social-liberal* Hobson, Lenin afirma que Kautsky dá um passo atrás, especialmente quando afirma a concorrência entre vários imperialismos e a predominância do capital financeiro sobre o comercial. Com isto, Kautsky se distanciaria da teoria marxista, ocultando “as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo”. Lenin (1979: 92-93) observa também a ligação de Kautsky com Cunow (o *apologista alemão* do imperialismo e das anexações) que, de maneira “grosseira e cínica”, afirma que o imperialismo seria “o capitalismo contemporâneo; o desenvolvimento do capitalismo é inevitável e progressivo; por conseguinte, o imperialismo é progressivo; por conseguinte devemos prosternar-nos diante do imperialismo e glorificá-lo!” Para Kautsky, certamente o imperialismo não é “o capitalismo contemporâneo”, mas uma forma da sua política que deve ser confrontada, inclusive contra as anexações.

Para Lenin (1979: 92-93), essa objeção de Kautsky a Cunow seria apenas aparente, pois a “luta” ainda deixaria as bases da economia intactas, não passando, portanto, de um reformismo e pacifismo burgueses. Para Kautsky, haveria a possibilidade de o capitalismo passar por uma nova fase: o ultraimperialismo, ou uma fase “de exploração em comum do universo pelo capital financeiro associado à escala internacional”. Lenin avalia que esse ultraimperialismo teria que ser “um super-imperialismo, de união e não de luta entre os imperialismos do mundo inteiro, uma fase sem guerras em regime capitalista”, ou seja, uma “ultratolice”, já que “o desenvolvimento atua na direção dos monopólios e, consequentemente, no sentido de um monopólio universal, de um único truste mundial”. Mais claramente, essa abstração serviria apenas para desviar a atenção das reais contradições, pois a dominação do capital financeiro não atenua “a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, as reforça”.

Imperialismo contemporâneo: fase superior da hegemonia neoliberal

Esta breve apresentação da clássica discussão de Lenin com Kautsky é essencial para a observação de algumas teorias mais recentes que se alinham ou se distanciam desses princípios básicos do “imperialismo”, apresentando variações conceituais resultantes das atuais práticas imperialistas.

A definição de imperialismo como a fase superior da dominação monopolista do capitalismo, apresentada pela teoria marxista, permaneceu fundamental para a apresentação de termos complementares ou mesmo contrários, que não consideram a história de forma processualmente dialética. Nesta vertente, por exemplo, Benjamin Cohen (1976: 20) afirma que “O imperialismo refere-se àquelas relações particulares entre nações inerentemente desiguais que envol-

vem subjugação efetiva, o exercício real da influência sobre o comportamento”, apresentando, portanto, um conceito de imperialismo separado de seus aspectos políticos econômicos, quase como uma dominação lógica e racional entre países. Mais progressistas, Leo Panitch e Sam Gindin também afirmam que houve uma separação real entre a economia e a política internacional, a partir do século XIX:

Isto envolve não apenas uma compreensão da mercantilização progressiva e mercantilização da vida social, mas também dos processos pelos quais o Estado capitalista nacional-territoriais, na sua forma liberal-democrático modal, foi universalizado e inscrito na constituição de instituições internacionais e do direito internacional nos meados do século XX (Panitch; Gindin, 2005:104) [livre tradução]

Consideram o imperialismo como uma fase do capitalismo, mas não como a sua “última etapa”, como Lenin indicara, devido a uma renovada situação: após a 2ª Guerra, o dinamismo dos Estados Unidos teria suplantado as rivalidades mundiais, com a linguagem “universalista” da ideologia da democracia liberal, reorganizando a ordem capitalista mundial, com a integração “informal” de outros Estados ao império americano, como Kautsky presumira.

Esses autores também se diferenciam da teoria gramsciana, importante vertente da teoria marxista sobre imperialismo, que apresenta o termo “hegemonia” como a combinação de “coerção e consenso” por uma classe no poder. Panitch e Gindin (2005: 32) argumentam contrariamente que, apesar da penetração econômica e cultural americana, outros povos nunca transferiram sua “lealdade popular direta” aos Estados Unidos, não configurando, portanto, uma real hegemonia.

Contudo, é necessário observar que a concepção de hegemonia de Gramsci (2002: 33) deriva da análise da teoria de Estado de Maquiavel (2010), considerando a dupla natureza do Estado: humana e ferina, podendo sobrepor-se uma a outra, como no caso das sucessivas alternâncias entre regimes ditatoriais e democráticos burgueses. Sobre o significado de hegemonia, Arrighi (1996: 29) observa que,

Uma vez que a palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de “liderança” e em seu sentido derivado de “dominação”, normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia entre os Estados.

Isto porque Arrighi (1996: 29-30) considera que o poder hegemônico apenas se legitima quando conquista a aprovação interna e se estabelece externamente, com credibilidade, que é a “força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos”. Também com credibilidade, pode afirmar que “a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros

Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles”. Mas isto em situações de crise sistêmica e escalada de conflitos sociais, quando o Estado apresenta-se como o único capaz de restabelecer a ordem econômica, política ou social. Na década de 1970, teria ocorrido uma crise no regime de acumulação dos EUA, ou crise de financeirização, criando uma situação de “caos sistêmico”, o que intensificou os argumentos e medidas favoráveis a um Estado com maior poder, ou seja, hegemônico, no sentido gramsciano.

Chesnais (1998: 249; 265) também avalia que o capitalismo contemporâneo passou por esse ciclo sistêmico de “mundialização financeira”, “marcado por abalos e sobressaltos, além de várias crises financeiras autênticas”. A partir da década de 1970, o crescente fluxo de capital circulando na economia teria provocado pela “acelerada desregulamentação dos mercados financeiros “emergentes”, instigada pelo FMI e pelo Banco Mundial”. Isto “significou a completa submissão desses países ao neoliberalismo, mas também trouxe consigo mais um elemento de risco sistêmico, no plano internacional”. A desregulamentação dos sistemas nacionais aumentava a dependência dos governos aos mercados financeiros internacionalizados, voltados a fusões e alterações nas relações produtivas.

Chesnais apresenta, portanto, a ligação da “mundialização financeira” com o “neoliberalismo”, pela transposição das barreiras territoriais e abertura de mercados à total centralização de capitais.

O neoliberalismo pode ser considerado, portanto, a mais recente fase do imperialismo atual. Exacerbado pela crise de 1970, o projeto neoliberal de reivindicação de maior liberdade ao mercado foi oficialmente traçado pela Comissão Trilateral, formada pela Inglaterra, Estados Unidos e Japão. O relatório realizado por Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki, intitulado *The crises of democracy* (publicado em 1975), apresentava a chamada “crise de governabilidade” das democracias contemporâneas, supostamente causada pelo *excesso de democracia*, promovido pelas políticas keynesianas (Keynes, 1992), implantadas após a década de 1920, para restabelecer a estabilidade econômica e as taxas de acumulação de capital.

A ideologia neoliberal teorizada especialmente por Hayek (1984) e Friedman (1997) materializa-se como política econômica de governos dos países *centrais* (Thatcher, Inglaterra-1979; Reagan, EUA-1980; Helmut Kohl, Alemanha-1982), prescrevendo os “dez mandamentos”: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial flexível; liberalização comercial; abertura ao investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas; respeito aos direitos de propriedade intelectual. O objetivo da política econômica neoliberal seria a “globalização” da economia mundial, decorrente do equilíbrio promo-

vido pela “natural livre concorrência”. Na América Latina, o Chile implantou as políticas monetaristas ortodoxas neoliberais, a partir de 1973, com Friedman como conselheiro do governo de Augusto Pinochet. Em seguida, a Argentina (1976-Menen), Bolívia (1985), México (1988-Salinas/Zedillo), Venezuela (1989-Carlos Andrés Perez), Peru (1990-Fujimori) e o Brasil (1994-Fernando Henrique Cardoso).

Na década de 1990, as comemorações do fim da União soviética (1991) e da dissolução do Leste Europeu (1989) decretavam a “vitória do capitalismo globalizado” e, portanto, “o fim da história” (Fukuyama, 2010). Paralelamente, as políticas neoliberais atingiam o seu auge e entravam em momentos de estagnação da abertura dos mercados mundiais.

Em 1997, golpes especulativos no Sudeste da Ásia provocavam quebras e pânico no mercado de capitais mundiais. As razões alegadas limitavam-se às crises internas, como a do México (1994/95), da Ásia (1997) e da Rússia (1998). Mas, Eisuke Sakakibara, responsável pelas Finanças Internacionais do Japão, afirmava no Fórum Mundial (Davos-Suíça) de janeiro de 1999: “não se trata de uma crise asiática, mas de uma crise do capitalismo global”, e aconselhava uma reforma do sistema financeiro internacional, contra a “supremacia americana” (Head, 04/02/1999).

A partir do ano 2000, os governos que sucederam ao período de implantação das políticas neoliberalizantes, buscando estabilizar suas economias, sofreram forte ataques e golpes, como o atualmente em curso no Brasil. Ofensivas a governos de tendência de esquerda ou simplesmente de centro estenderam-se mundialmente, manejadas por manifestações “populares” contra a “corrupção”, definindo a atual conjuntura das relações políticas internacionais⁶. Na América Latina, registram-se: o golpe contra Hugo Chávez, na Venezuela (2002)⁷; a deposição de Jean-Bertrand Aristide no Haiti (2004); em Honduras, Manuel Zelaya (2009); Fernando Lugo no Paraguai (2012); as tentativas de golpe no Equador de Rafael Correa (2010) e na Bolívia de Evo Morales (2008); as campanhas contra Cristina Kirchner, na Argentina (até 2015) e Michelle Bachelet, no Chile; e o golpe institucional (parlamento e judiciário) contra Dilma Rousseff, no Brasil (2016).

⁵ O dossiê de *Lutas Sociais* (vol. 20, n. 36, 2016) “Direita volver... Fim de ciclo na América Latina?” apresenta análises fundamentais para a compreensão desse “ciclo progressista” e as reações e rearticulações da extrema-direita nos países latino-americanos (Argentina, Chile, Equador, Venezuela, Brasil).

⁶ O documentário irlandês *A Revolução não será televisionada* ou *Chávez: bastidores do golpe* (filmado e dirigido pelos cineastas Kim Bartley e Donnacha O’Briain) registrou o golpe de Estado contra Hugo Chávez, a tomada de poder por Pedro Carmona e o retorno de Chávez. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>

Vê-se que não se alterou a função do Estado e do governo liberal, apresentada por Locke (1994): poderá ser deposto o governo que não executar devidamente o propósito do Estado de defender o “direito natural” à propriedade privada.

O discurso da “globalização” dissolveu-se. Não há mais razão para a existência da União Europeia, criada em 1991, com os objetivos de *promover a unidade política e econômica e um ambiente de paz, harmonia e equilíbrio na Europa, além de melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos europeus, sem se esquecer de reduzir as desigualdades sociais e econômicas entre as regiões e fomentar o desenvolvimento econômico dos países em fase de crescimento*. Esses objetivos, amplamente divulgados, não fazem mais sentido. Para o próprio presidente do Executivo do bloco, Jean-Claude Juncker, a UE está em um *momento* de “crise existencial” (*Reuters*, 2016).

Certamente, uma vez realizadas as mais vorazes privatizações, com a concentração da produção por multinacionais e centralização do capital no mercado financeiro, o *momento* é de recuar. Em 2016, o Reino Unido referendou a saída dos britânicos da UE (Britain Exit-Brexit), reavivando os argumentos de proteção à economia nacional. Nacionalismo, xenofobia, discriminações em geral são fortalecidos, devido à “crise mundial”.

Por isso, as promessas de Donald Trump não destoam: “cancelar” o acordo de Paris (para redução do aquecimento global); medidas contra a entrada de imigrantes ou refugiados, principalmente muçulmanos; a extensão do muro de divisa com o México (3.200 km), que já tem 1.000 km, com o sequestro de remessas dos imigrantes, caso o governo mexicano pague a sua construção.

A “atual crise” do capitalismo apenas expõe suas contradições essenciais. De acordo com a Revista Forbes, o setor bancário continua dominando o mundo corporativo, com 9 bancos dentre as 20 maiores empresas do mundo, com a China já dominando o setor. Juntas, as 586 empresas do *ranking* arrecadam, em média, 35 trilhões de dólares por ano (*Exame*, 2016).

Paralelamente, o Relatório da Riqueza Global do Banco Credit Suisse (*Global Wealth Report*), publicado em 2015, mostra que a concentração de renda mundial alcançou os níveis anteriores à Primeira Guerra Mundial: 1% da população mundial detém quase 50% da riqueza produzida no planeta. Os outros 99% dividem, também desigualmente, os cerca de 50% restantes. Após a crise financeira nos EUA, 1% dos mais ricos absorveu 95% do crescimento, com um maior empobrecimento dos já mais pobres (*Carta Capital*, ed.873). Esses resultados apresentam-se no mundo todo, com a hegemonia financeira neoliberal impedindo investimentos na própria produção de capital novo.

Aparentemente contraditório, o parasitismo neoliberal define claramente a fase atual e “superior” do imperialismo: a decomposição do capitalismo monopolista. Cem anos após a Revolução Russa, as questões e as conclusões ainda se repetem.

Bibliografia

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira (2000). *Revoluções na América Latina Contemporânea*: México, Bolívia e Cuba. São Paulo: Saraiva.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O longo Século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP.
- BBC NEWS. *Texto Americas*. Reagan and the ‘Iran-Contra’ affair. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/269619.stm>.
- CARTA CAPITAL (ed. 873). No mundo de “Os miseráveis”: <https://www.cartacapital.com.br/revista/873/no-mundo-de-os-miseraveis-5584.html>
- CHESNAIS, Francois (1998). *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã.
- COHEN, Benjamin (1976). *A questão do imperialismo*. Economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zabar.
- EXAME (2016). As 20 maiores empresas do mundo em 2016, segundo a Forbes <http://exame.abril.com.br/negocios/as-20-maiores-empresas-do-mundo-de-2016-segundo-a-forbes/>
- FRIEDMAN, Milton (1997). O papel da política monetária. In: *Os Clássicos da Economia 2*. São Paulo: Ática
- FUKUYAMA, Francis (2010). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GRAMSCI, Antonio (2002). *Cadernos do Cárcere* (Maquiavel- Notas sobre o Estado e a Política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 3.
- HAYEK, Friedrich Von (1984). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- HEAD, Mike (04/02/1999). *Dire warnings but no agreement at World Economic Forum*. World Socialist Web Site-Published by International Committee of the Fourth International (ICFI) ([wsws.org](http://www.wsws.org))
- HILFERDING, R.(1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- ITAMARATY: *A missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti (Minustah)*: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>.
- JUSTO, Liborio (1967). *Bolívia: a revolução derrotada*. Cochabamba: Rojas Araújo editor.
- KEYNES, John Mainard. (1992). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: ATLAS.

- LENIN, W. I. (1979) *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.
- _____. *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* 11918 <http://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/t28t044.pdf>
- LOCKE, John (1994). *O segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MAQUIAVEL, Nicolau (2020). *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.
- MARX, Karl (2000). *Discurso no Aniversário do 'The People's Paper'*. In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1856/04/14.htm>.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2000). *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra.
- MOTTA, Célia M. (2005). *O modelo neoliberal brasileiro e o setor elétrico: reestruturações e crises (1995-2005)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), PUC-SP.
- PANITCH, Leo e Gidin, Sam (2004) *Capitalismo global e império norteamericano em Socialist Register*. Buenos Aires: CLACSO.
- REUTERS (2016): Saída do Reino Unido não é o fim da União Europeia, diz Juncker quarta-feira. <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN11K1E4>
- SAUVY, Alfred (1952). *Société Démographie : En vrac. Trois Mondes, Une Planète. L'Observateur*, 14 août 1952, n°118, page 14. <http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html>.
- TRUMAN DOCTRINE (1947). President Harry S. Truman's address before a joint session of Congress, MARCH 12, 1947.
- WIKILEAKS (2007). Estratégia brasileira para o Haiti passava por manter Aristide fora do país. *Folha de S. Paulo*. 12 February 2007. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/01/859514-estrategia-brasileira-para-o-haiti-passava-por-manter-aristide-fora-do-pais-leia.shtml>.